

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 166.ª Sessão Ordinária
Realizada em 28 de Setembro de 1971
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A hora regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Mugiatli Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Pol, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (42); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Belinati, João Mansur, Nivaldo Krüger, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Na forma em que dispõe o Regimento Interno, ouvida a Casa, o Deputado subscritor do presente requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ERNESTO SCHAEGLER, ocorrido na cidade de Assunção, Capital do Paraguai, em data de ontem.

O extinto era casado com a Senhora Iolanda Schaedler e pai de quatro filhos, tendo sido, por outro lado, Fundador e Diretor da ESATO — Empresa Sul Americana de Transportes Coletivos e pioneiro na exploração da linha Paranaguá-Prós e Foz do Iguaçu-Assunção.

Requer, finalmente, que da manifestação desta Assembléia seja dado conhecimento à família enlutada, através de expediente próprio, cujo endereço é: rua Nunes Machado, 1.600 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer se consigne na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do prestante cidadão ANGELO SAVARO, ocorrido na cidade de Jandaia do Sul, no último sábado, dia 24 de setembro.

Este cidadão era um dos fundadores daquela progressista cidade e pessoa das mais estimadas no seio da comunidade local, tendo o seu passamento repercutido intensamente.

Requer, ainda, que seja dado conhecimento da manifestação da Casa à ilustre família enlutada, enviando-se-lhe, concomitantemente, mensagem expressando os sentimentos desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971.

(a) Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja procedido o registro de um voto de pesar, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, pelo falecimento de JOVINA DE OLIVEIRA KARAN, digníssima esposa do ilustre homem público paranaense Doutor Elias Karan.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o registro na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, em data de ontem, do senhor ERNESTO SCHAEFLER, ilustre empresário de nosso Estado.

Requer, ainda, que seja endereçado à família enlutada expediente transmitindo os sentimentos desta corporação política, pela irreparável perda que significa o passamento do honrado homem de negócios.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Regimento Interno, Requerem à Mesa, após ouvido o Plenário, sejam constituídas duas Comissões Externas para representarem a Assembléia Legislativa do Paraná, nas solenidades programadas para os dias — 1.º de outubro — sexta-feira próxima, em Londrina, face à inauguração da nova Agência do Banco do Estado do Paraná — e no dia seguinte, sábado, dia 2 de outubro, em Assaí, quando serão iniciadas as obras da rodovia asfáltica, ligando Assaí a Jataizinho.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971.

(aa) Jorge Sato

Francisco Escorsin

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. Que praticamente todo o movimento do Porto de Antonina vive em torno do embarque de café para o consumo interno, promovido por intermédio do Instituto Brasileiro do Café;

2. Que a cidade de Antonina, por outro lado, depende economicamente de seu Porto;

3. Que o IBC, de acordo com a Resolução n.º 539, a partir do dia 16 de dezembro corrente, resolveu suspender o subsídio que vinha fornecendo ao café destinado ao consumo interno e conseqüentemente deixará, a partir daquela data, de fornecer o produto às torrefações, não mais embarcando café pelo Porto de Antonina. Requeiro à Mesa, na forma regimental, urgentemente envie-se telex ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, dando-lhe inteiro teor deste, e apelando a S. Exa., na certeza de que compreenderá a dramática situação dos trabalhadores e do povo de Antonina com as conseqüências advindas da aludida Resolução n.º 539, que se digne determinar os estudos necessários para o restabelecimento de embarque que compreenderá a dramática situação dos trabalhadores e do povo de Antonina.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971.

(a) Maurício Fruct.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 207.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criada a Faculdade de Educação, na sede do Município de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de Setembro de 1971.

(a) Emílio Carazzai

JUSTIFICATIVA:

O novo sistema educacional a ser implantado no próximo ano, já anunciado por Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, em sua brilhante palestra proferida recentemente nesta Casa, inspirou-nos esta iniciativa. Por Lei advinda de Projeto de nossa autoria, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas de Cornélio Procopio. Motivos diversos impediram a sua instalação, aliás, hoje perfeitamente compreensíveis, face à adoção de nova sistemática do ensino. Cornélio Procopio possui as instalações destinadas à Faculdade de Ciências Econômicas que reverterão em favor da Nova Faculdade que se pretende criar com o presente plano de Lei. É óbvio que o seu funcionamento só poderá ser previsto para 1972, pois demanda tempo a montagem do processo necessário para a constituição da Faculdade, o que será feito pela Superintendência do Ensino Superior da Secretaria da Educação e Cultura. Tal processo, uma vez montado, estará sujeito a uma série de trâmites legais, terminando por exame e aprovação do Conselho Federal de Educação e sanção do Senhor Presidente da República. As Faculdades de Educação terão a mais alta importância para o futuro do nosso sistema educacional, pois formarão especificamente professores habilitados a lecionar, já de acordo com as alterações que serão introduzidas no sistema nacional de ensino.

PROJETO DE LEI N.º 208.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica transferida à responsabilidade do DER, a estrada que liga o Distrito de Nova Prata, no Município de Salto do Lontra, ao Porto Ferreira, no Município de Capitão Leônidas Marques, passando por Nova Genebra e Linha Guarani.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de Setembro de 1971.

(a) Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

A conservação de uma estrada intermunicipal se faz sempre necessária, a fim de manter sem dificuldades o trânsito existente, social e econômico. Além disso, a união intermunicipal, no caso em tela, se faz através de vários Distritos, centros econômicos importantes que dependem da mencionada estrada.

Daí porque a manutenção e conservação da estrada, a cargo do DER, satisfaz plenamente as exigências locais, pela facilitação do escoamento de matérias dos municípios mencionados, bem como sua mais constante intercomunicação.

PROJETO DE LEI N.º 209.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Fica transferida à responsabilidade do DER a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Santa Izabel do Oeste, Salto do Lontra a Dois Vizinhos — passando por Pinhal da Vargem e Alto da Bela Vista.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de Setembro de 1971.

(a) Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

A estrada que liga ambos os Municípios é de vital importância a toda a região, pelo motivo de acesso intermunicipal, além do escoamento de economia, através a safra existente, o mercado útil, a diversificação de produtos.

Daí porque justifica-se a manutenção da referida estrada a cargo do DER, visto ser o organismo mais adequado à constante conservação e reparos técnicos necessários a uma rodovia que une três importantes Municípios do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N.º 210.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica transferida à responsabilidade do DER a estrada que liga Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, via Estrela do Iguaçu, ao Pôrto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão de 12 kms. aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de Setembro de 1971.

(a) Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

A estrada supra mencionada é de muita importância não só pela simples razão da ligação intermunicipal, como pelo melhor escoamento da economia regional.

Por ligar dois importantes centros, a estrada, entregue a responsabilidade ao DNER, estará sempre em melhores condições de facilitar trânsito, para constante conservação e manutenção técnica.

PROJETO DE LEI N.º 211-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — A pensão mensal especial assegurada à viúva de Deputado Estadual, de que tratam a Lei n.º 4.763, de 5 de novembro de 1963, Lei n.º 54.63, de 22 de novembro de 1963, Lei n.º 5.155, art. 2.º, e regulamentada pelo Decreto Legislativo n.º 180.64, de 19 de maio de 1964, fica estabelecida em valor correspondente a cinquenta por cento (50%) da parte fixa do subsídio de Deputado Estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de Setembro de 1971

(a) **Emílio Carazzini**

JUSTIFICATIVA:

A legislação mencionada no art. 1.º deste Projeto é a que disciplina a pensão mensal especial atribuída à viúva de Deputado Estadual.

Originariamente, o valor do benefício correspondia a um terço da parte fixa dos subsídios de Deputado Estadual (Leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54.63, de 22 de novembro de 1963). Em seguida, a Lei n.º 4.946, de 31 de outubro de 1964, alterada pelo art. 2.º, da Lei n.º 5.155, de 16 de junho de 1965, a referida pensão foi desvinculada do subsídio fixo em face do seu congelamento no valor de então, ou seja, Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros) mensais.

Esse congelamento data, como se verifica da Lei correspondente, de meados de 1965, de onde nos separam mais de seis anos.

Em termos salariais, com referência à mínima remuneração legal, a pensão que se concede à viúva de quem se dedica exclusivamente ao serviço da comunidade, em prejuízo muitas vezes do patrimônio que por ventura possua, ou da construção de um pecúlio que garanta o futuro dos seus dependentes, é consideravelmente inferior a um salário-mínimo de trabalhador braçal, sem qualquer qualificação profissional.

Julgo ser de inteira justiça a revisão desses valores, para atualizar o benefício da legislação invocada, em consonância com as exigências sociais e humanas dessa particular situação, por isso me permito submeter ao Poder que integro a proposição acima articulada.

Anexos:

- 1) Lei n.º 4.763, de 5 de novembro de 1963;
- 2) Lei n.º 54.63, de 22 de novembro de 1963;
- 3) Decreto Legislativo n.º 180.64, de 19 de maio de 1964;
- 4) Lei n.º 4.946, de 31 de outubro de 1964;
- 5) Lei n.º 5.155, de 16 de junho de 1965.

Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alvaro Dias, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Londrina teve a honra, na última semana, de ser a Capital Esportiva

este Estado, com a realização dos 15.º Jogos Abertos do Paraná, competição que reuniu a mocidade de todo o Estado, numa perfeita integração de forças, num congraçamento extraordinário. Assistiu-se em Londrina uma festa empolgante de juventude, de vibração, de alegria, de congraçamento, de esportividade. A Prefeitura Municipal daquela cidade, merece, neste instante, os cumprimentos deste Deputado, em nome do povo que representa pelo esforço desempenhado, no sentido de fazer com que esta competição tradicional do nosso Estado alcançasse o primatismo que alcançou. Enfrentou a Municipalidade londrinense uma série de dificuldades, mesmo porque o Governador do Estado, inexplicavelmente, afastou-se desta competição, praticamente se omitiu e o Governo que, habitualmente dá toda a assistência às competições desta natureza, quando realizadas em anos anteriores e outras cidades, este ano não sei se pelo fato dela ser realizada em Londrina, o Governo não quis participar. Nem mesmo pretendia ceder os colégios para o alojamento, como se aqueles colégios pertencessem a alguém e não ser a juventude desse Estado e so cedeu os colônios que costumemente cede, depois de uma pressão da imprensa de Londrina, fazendo com que reconsiderasse a sua posição e mandasse os colônios para que os atletas pudessem utilizá-los. Mas, de qualquer forma deixando de lado este aspecto negativo da questão, queremos salientar o seu sucesso extraordinário e aproveitar esta oportunidade para dirigir um apelo, não só ao Governador do Estado, mas a todas as Prefeituras Municipais, para que incentivem a prática do esporte dando condições não só através da questão de canchas esportivas, mas também através de estímulo para a prática do esporte em todos os setores, o esporte é embaixador, o esporte promove, o esporte fixa amizades, o esporte congrega, o esporte integra, é indispensável também para o desenvolvimento e qualidade do esportista, demonstra a pujança do seu Município, a pujança do seu Estado, a pujança do seu País. Londrina, reunindo a juventude paranaense deu um estímulo a todos aqueles que presenciaram o espetáculo realmente empolgante, pois as canchas de esporte em Londrina foram pequenas para receber todo o público que pretendia prestigiar as competições.

Neste instante em que vemos no alto mandatário do País, o Presidente da República, o objetivo, o interesse a aspiração de prestigiar o esporte, de incentivar a prática do esporte, de promover o País através do esporte, nós também esperamos que o Governo paranaense, o Governo de nosso Estado se empenhe neste sentido, para que o Paraná possa ocupar o lugar de destaque do dia de amanhã. Era o que queríamos salientar no Pequeno Expediente, porque para nós, representantes de Londrina, foi motivo de orgulho assistir aquela festa extraordinária de empolgamento, de entusiasmo de juventude. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores para o Pequeno Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Armando Queiroz, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A minha presença nesta Tribuna, neste instante, explica-se em face do dever de relatar aos Srs. Deputados e a todos aqueles que se interessam por este problema, os lamentáveis acontecimentos que ocorreram na cidade de Campo Mourão, na madrugada de sábado para domingo.

Farei o possível para não avolumar, para não levar o pânico, enfim, farei o possível para ver se consigo fazer um relato fiel que possa exprimir o que realmente ocorreu naquela cidade.

Eu o farei contando de início o que ocorreu comigo pessoalmente, para que daí todos possam avaliar a intensidade do drama vivido por aquela população.

Na madrugada de sábado para domingo, às 4,30 horas da manhã, eu me encontrava dormindo na cidade de Campo Mourão. E, de repente, sem qualquer prenúncio, violentas tempestades de granizo sobre a cidade. Não durou isto mais do que dois a três minutos; em seguida, começou a filtrar água pelo telhado e dentro de cinco minutos, no máximo não havia um só canto da casa que não estivesse alagado. O único lugar possível, para abrigo, foi o interior do meu automóvel que estava no abrigo ao lado.

Imediatamente, o serviço de energia elétrica entrou em pânico. Perplexo com o impacto, sem saber a explicação do que havia ocorrido, pensamos, de início, que poderia ter sido um fenômeno naquele local, restrito a algumas casas em redor. Logo após se percebeu movimento de veículos que crescia sempre em todos os sentidos e em todas as direções com toques de buzinas continuados, dando a impressão e convencimento de que o fenômeno havia atingido, praticamente, a cidade toda.

Logo que amanheceu, vimos e constatamos, acabrunhados, sobre o jardim e as ruas, milhares e milhares de pedras de gelo, pesando em média 100 a 300 gramas.

Pois bem, seis horas da manhã, chuva sem parar constatou-se então que a cidade inteirinha fora assolada por este vendaval, por esta tempestade de granizo.

A Prefeitura, logo que o dia amanheceu, estava tomada por inúmeras pessoas em pânico, em desespero, procurando junto ao Prefeito, solução para o problema de cada um. E imediatamente, este teve a idéia de se dirigir à Maringá, e ali, num contacto directo com o Prefeito dessa cidade, que por sinal, foi de um comportamento excelente, extraordinário e espetacular, demonstrando um potencial de solidariedade humana difícil de descrever, este homem público, dr. Adriano, com calma e ponderação nos seja junto ao comércio, entidades hospitalares e entidades de classe, em seja junto ao comércio, entidades hospitalares e entidades de classe, em Maringá. Pois bem. As chuvas propagaram-se até uma hora da tarde, mais ou menos. Ficamos sem telefone, sem serviço de água encanada, sem luz e sem o campo de aviação, que estava interditado. Em seguida, começamos a receber as primeiras notícias das imediações e ficamos sabendo que Araruna sofrera o mesmo desastre. Na zona rural, os prejuízos só atingiram os arredores de Campo Mourão, alguns quilômetros num determinada extensão. Os prédios, os próprios estaduais, todos eles foram danificados e, como medida de emergência, começamos a abrigar naqueles que ainda dispunham de teto, crianças e indigentes, porque o problema se tornara angustiante. Toda a roupa ficara molhada e não havia o que mudar. Os hospitais ficaram ao relento e os doentes que podiam ser transportados foram levados para os hospitais de Peabirú, e os que ficaram foram cobertos com encerados e toalhas plásticas.

A tarde, a cidade apresentava um aspecto desolador. Em cima de cada casa via-se um homem ou uma mulher procurando salvar uma telha que não estivesse quebrada para defender um cantinho da casa onde pudesse se abrigar e ficar ali à espera de coisa pior. Nos contatos com o Governador do Estado, verdade seja dita, imediatamente, fomos atendidos e providências urgentes foram tomadas. A tarde, chegavam lá os Secretário do Trabalho, Engenheiro do Departamento de Edificações, elementos da Secretaria de Saúde, Corpo de Bombeiros de Maringá, reforços policiais, tudo para atender aos problemas de Campo Mourão. Mas, alguns não tinham condições de resolver seus próprios problemas, a maioria, não dispunha de recursos sequer para comprar tenhas. Então, diante de um problema tão angustiante e difícil, o Prefeito Horácio Amaral, veio a Curitiba e aqui se encontra. E, hoje, dia 28, fomos recebidos pelo sr. Governador, levando a ele o retrato fiel do nosso drama. Estivemos também em contato com a

Secretaria de Saúde, com o DEOE, com a CODEPAR, enfim, com todos aqueles órgãos que de qualquer forma, pudessem nos ajudar. E podemos afirmar que a Secretaria de Saúde, o DEOE, a FUNDEPAR, a Secretaria do Trabalho, lá já estão nos auxiliando; a própria Assembléia Legislativa, pelo seu Presidente, mandou para lá uma ambulância e Funcionários afetos a esse serviço. E aqui fica o nosso reconhecimento. Mas, como lhes dizia, ficou o grande drama. Aqueles que dispunham de recursos, estão resolvendo seus problemas. A classe média, formada por funcionários públicos, por professores, por bancários, que tinham sua casa, não dispunham e não dispõem de dinheiro para comprar, de imediato, duas três, ou mil telhas. Falta-lhes poupança.

Este é o primeiro problema.

O segundo é dos indigentes, dos pobres, daqueles que não têm recursos para nada. E foram esses os problemas que levamos ao conhecimento do sr. Governador, pedindo providências. E S. Exa., diante do relato feito por nós, e, em especial pelo sr. Prefeito, autorizou o Banco do Estado do Paraná a financiar, desde hoje, dia 28, a todos aqueles proprietários que foram atingidos pelo cataclismo. Haverá crédito para eles, para aquisição do indispensável dentro dos limites e da ordem de crédito bancário. Foi isso que pedimos de início. Esse crédito foi aberto até cem mil cruzeiros, para atender pequenos empréstimos para aquisição de telhas, vidros, lâmpadas e o que mais se danificou. E se essa importância não bastar, haverá uma suplementação de recursos. Portanto, para esses casos encontrou-se uma solução. Restava ainda o problema dos humildes, daqueles que não tinham recurso algum. O Sr. Governador fez doação, hoje, de cinquenta milhões de cruzeiros, e se for preciso ele dará mais. Por isso, se irá constituir, ainda hoje em Campo Mourão, uma Comissão com representantes da Prefeitura e do Executivo estadual para analisar caso por caso. E quem não tiver recursos será atendido dessa forma.

Queremos manifestar nossos agradecimentos por essas medidas tomadas pelo Poder Executivo; já sabemos que está seguindo também todo o material necessário para a cobertura do Grupo Escolar, do Colégio, da Escola Normal de Campo Mourão, cujas aulas estão suspensas, porque não há a mínima condição de trabalho, enquanto não se fizer esse serviço de reparo.

Queremos também, aqui, ao mesmo tempo que agradecemos a colaboração do Chefe do Executivo, manifestar o nosso agradecimento à Prefeitura de Peabiru, e mais uma vez, repito, à Prefeitura de Maringá, às autoridades todas, elas de Campo Mourão, promotores, juizes, funcionários públicos, direção de entidades que continuam dando tempo integral visando minorar o sofrimento, em especial daqueles que não têm amparo, que não têm recursos.

Fica aqui o nosso reconhecimento, fica aqui o nosso agradecimento. Mas queremos deixar claro, a todos aqueles que nos estão ouvindo, a população da cidade reage, e reage bem, com fé, com esperança, com forças retemperadas. Cada um procurando resolver a seu modo o seu caso, e se Deus quiser mais alguns dias, e a situação será contornada. Porque, naquela população, aquele povo que construiu aquela cidade, sem dúvida saberá como enfrentar problemas desses, considerando o tanto que eles já fizeram por aquela cidade.

Fica aqui o relato que queríamos fazer, e antes de terminar, lembrar ainda e agradecer a colaboração que recebemos de Goioerê. Só uma firma nos colocou à disposição 600 encerados para cobrir hospitais, casas, casas de comércio, porque tudo estava se perdendo, desde açúcar, o trigo, o arroz, etc., etc.

No entanto, quero reafirmar que a nossa gente reagirá à altura e na proporção da tragédia. Embora entristecidos saberemos vencer.

Era só, sr. Presidente. (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

Não se encontrando presente o Sr. Deputado Paulo Poli, e não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 42 Srs. Deputados.

A Mesa tem o prazer de anunciar a presença, em Plenário, do Sr. Deputado Federal Flávio Ettore Giovine.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. Deputado Emílio Carazzai, constantes do Expediente. — Necessitam de apoio. — Apoia-
des. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoia-
dos. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, con-
forme boletim avulso já distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 175-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, em Campo Bonito e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CIP. — Com Substitutivo Geral. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 94-69, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Pirai do Sul, para construção e pavimentação da via de acesso da sede do Município à Rodovia PR-11. — Pareceres favoráveis da CCJ, CF e COPTC. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 71-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a celebrar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Pirapó. — Pareceres favoráveis da CCJ, CF e COPTC. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 114-70, de autoria do Dep. João Mansur, que regulamenta a Assistência Médico Hospitalar ao Funcionário Público e seus dependentes através do Instituto de Previdência do Estado e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — Com Substitutivo. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 8-71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que cria na cidade de Terra Roxa, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972. — Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CIP. — Com Substitutivo. — Em Regime de Urgência. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 44-71, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 80.00 a cada uma das trigêmeas Gisele, Gislene e Gisleide Muniz, nascidas nesta Capital a 23 de março de 1971. — Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 139-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Maringá, para implantação dos serviços de pavimentação da estrada que liga Maringá Velho à Rodovia PR-13. — Pareceres favoráveis da CCJ, CF e COPTC. — Em votação:

PROJETO DE LEI N. 139-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Município de Maringá, para implantação dos serviços de pavimentação

da estrada que liga Maringá-Velho à Rodovia PR-13, que se dirige à Campo Mourão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de Julho de 1970.

a) Túlio Vargas Dep

JUSTIFICAÇÃO:

A medida ora proposta se justifica perfeitamente, face à importância daquele trecho, como ligação que é da parte chamada Maringá-Velho com a Rodovia PR-13, que vai à Campo Mourão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 139-70

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Maringá, para implantação dos serviços de pavimentação da estrada que liga Maringá-Velho à Rodovia PR-12.

P A R E C E R

1) — O plano de lei em tela vem articulado e devidamente justificado na forma que dispõe o Regimento Interno.

2) — Trata-se, como é bom de ver, de mera autorização legislativa, razão pela qual não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade é evidente.

Em face de tais considerações, somos pela sua aprovação.

SMJ, é o Parecer.

Sala das Comissões, em 5 de Agosto de 1970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Arnaldo Búsato — Relator

Luiz Renato Malucelli

Antônio Lopes Júnior

Paulo Camargo

Paulo Poli

Ilegível

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n. 139-70

Visa o presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Túlio Vargas, autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com o Município de Maringá, para implantação dos serviços de pavimentação da estrada que liga Maringá-Velho à Rodovia PR-13.

Trata-se de simples autorização, razão pela qual o projeto não conflita com dispositivo de ordem financeira, tendo em vista que Maringá-Velho já hoje ligado ao Maringá novo dado seu grande desenvolvimento.

Pela aprovação portanto.

Sala das Comissões, em 25 de Agosto de 1970.

aa) Roberto Galvani — Presidente

João Mansur — Relator

Sílvio Barros

Ivo Tomazoni

Paulo Poli

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER Ao Projeto de Lei n. 139-70

I — O Projeto em apreço está devidamente justificado, trata-se de ligação de uma Rodovia à importante cidade de Maringá, visto que Maringá-Velho já está hoje ligado ao Maringá novo dado seu grande desenvolvimento e, a ligação proposta justifica pela extensão da cidade, sendo pequeno o

trêcho de estrada a ser pavimentado, beneficiando diretamente o comércio da referida cidade.

II — Pelo exposto, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) **Lázaro Dumont** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Borsari Netto

Antônio Maciel

Hélio Manfrinato

O SR. WILSON BRANDAO — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito que o Projeto de Lei n. 139-70 seja retirado da Ordem do Dia, em razão de já existir um Projeto aprovado nesta Casa, no mesmo sentido, de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência responde a Questão de Ordem do Sr. Deputado Wilson Brandão: — V. Exa. requer que seja retirado da Ordem do Dia, pelo fato de já ter sido aprovado Projeto no mesmo sentido, de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato?

Assim sendo, perguntaria a V. Exa. se, ao invés de V. Exa. pedir a retirada do Projeto por algumas sessões, ele voltasse necessariamente à tramitação; Então acredito que caberia à Casa rejeitar o Projeto em questão, porque já existe matéria aprovada no mesmo sentido, evitando assim, que tenhamos novos trabalhos com a tramitação de Projeto idêntico.

O SR. WILSON BRANDÃO — Este é o meu pensamento.

Requeiro que a rejeição seja submetida à apreciação do Plenário.

Para justificar: de que este Projeto que é de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, em que estabelece a ligação da via asfáltica de Maringá Velho até à rodovia que liga Campo Mourão, formou-se por autoria do Projeto do Sr. Deputado Jorge Sato. Foi aprovado em 3.ª Discussão, inclusive em Redação Final, e aqui estamos na 1.ª Discussão deste Projeto e não seria assim possível votarmos dois Projetos que tratam do mesmo assunto.

Requeiro que V. Exa. solicite ao Plenário e eu peço ao Plenário que o rejeite a fim de evitarmos dois Projetos idênticos.

O SR. MUGGIATTI FILHO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, a fim de nós podermos votar devidamente esclarecidos, gostaria de saber o seguinte: se o Projeto idêntico ou que está em discussão ou que está em votação, foi promulgado ou sancionado pelo Poder Executivo, ou, se ainda está em tramitação. Se for, se estiver em tramitação ainda, data vênha do Sr. Presidente, entendemos que seria o caso de serem enviados os dois, apensados um ao outro, segundo determina o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência responde que o Projeto foi aprovado inclusive em Redação Final, o Projeto de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato. Por tal motivo, não cabe mais a anexação solicitada por V. Exa.

O SR. JORGE SATO — (Questão de Ordem) — Sr. Presidente, o Projeto de minha autoria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, já foi aprovado por esta Casa, inclusive em Redação Final, e já foi encaminhado à sanção do Sr. Governador do Estado e eu acredito que o Sr. Governador, inclusive, o tenha sancionado, mesmo porque, estes dias já foi dada ordem de serviço para que se inicie a obra de asfaltamento ligando Maringá Velho à estrada de Campo Mourão.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. Em votação. REJEITADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100-71, de autoria do Dep. Erondy Silvério, fica acrescido do Artigo que especifica, à Lei n.º 5.611,

de 09 de agosto de 1967. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 100-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA: —

Art. 1.º — A Lei n.º 5.611, de 09 de agosto de 1967, fica acrescida de um artigo com a seguinte redação:

“Ficam asseguradas idênticas vantagens ao militar que tenha sido transferido para a reserva remunerada ou reformado, mesmo antes do advento da presente lei, desde que preencha um dos requisitos previstos naquela lei”

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

a) — **Erondy Silvério**

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 5.611, de 09 de agosto de 1967, veio assegurar as vantagens da Função Gratificada ao integrante da Polícia Militar do Estado, quando transferido para a reserva remunerada ou reformado, desde que conte mais de 30 anos de serviço e nos casos especificados nas alíneas “a” e “b”.

Tal benefício, entretanto, não atingiu aos militares que já se encontravam na reserva remunerada ou reformados quando do advento dessa lei, originando assim uma desigualdade que nos quer parecer algo injusta.

Como é bastante reduzido o número de militares que não foi aquinhoados com esse benefício, a presente lei, caso aprovada, reparará a injustiça involuntariamente cometida e praticamente não trará ônus algum aos cofres públicos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 100-71

AUTOR: Dep. Erondy Silvério

SÚMULA: “Acresce à Lei n. 5.611, de 09 de agosto de 1967, o artigo que especifica”

P A R E C E R

1.) O Projeto em referência foi elaborado atendendo ao que dispõe o art 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Referida Proposição não contraria qualquer preceito de ordem legal e, segundo a justificativa do autor, é oportuna.

3.) Assim sendo, somos pela sua **aprovação**.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Igo Losso — Relator

Odilon Reinhardt

Mugiatti Filho

Cândido M. M. Oliveira

Sebastião Rodrigues Jr.

Acyr José

Borsari Neto

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 100-71

AUTOR: Dep. Erondy Silvério

SÚMULA: “Acresce à Lei n.º 5.611 de 09 de agosto de 1967, o artigo que especifica”

P A R E C E R

O presente projeto tem por objetivo acrescentar um artigo à Lei n.º 5.611,

de 09 de agosto de 1967, e já obteve parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Opinamos, da mesma forma, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Santos Lima

Paulo Poli

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Angelo Fávaro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Jovina de Oliveira Karan. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jorge Sato e Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando a constituição de duas Comissões Externas para representarem a Assembléia Legislativa do Paraná nas solenidades a serem realizadas em Londrina e Assaí, nos dias 1.º e 2 de outubro, respectivamente. — **Aprovado.** Designados os Srs. Deputados Jorge Sato e Francisco Escorsin.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Schaedler. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Máurício Fruet, constante do Expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, dando-lhe o inteiro teor do requerimento apresentado em que solicita sejam determinados os estudos necessários para o restabelecimento do embarque de café ao Porto de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Schaedler. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, quarta-feira, dia 29, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 94-69, 71-70, 114-70, 8-71, 44-71;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 100-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 32-69, 205-70.
Levanta-se a Sessão.